

GT – 9 Diversidades Entre Cannabis e Maconha

HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO MARIA FLOR E DO DEBATE SOBRE USO MEDICINAL DA MACONHA

Bruna Garcia Marcunas¹

Karen Giovana do Nascimento²

Pedro Henrique Ferrari Mazalli³

Resumo: Este artigo tem como objetivo relatar a trajetória da Associação Cannábica Maria Flor, localizada no município de Marília – SP e suas contribuições para o debate sobre a maconha medicinal. Utilizando análise documental e dados internos da organização, analisando os principais eventos e marcos ao longo dos quatro anos de atividade da associação. A análise dos documentos históricos e dos dados internos revela os principais momentos da trajetória da associação, incluindo cursos de conscientização, eventos de mobilização social e interação com profissionais de saúde. Apesar dos desafios enfrentados, a Associação Cannábica Maria Flor se destacou pela sua atividade social, conseguindo mobilizar apoio e promover mudanças significativas no debate sobre a maconha medicinal. Este artigo proporciona uma perspectiva do impacto positivo da Associação Cannábica Maria Flor.

Palavras - chaves: Maconha Medicinal; Movimento associativo; Acesso a informação; Regulamentação.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Uso Ancestral da Cannabis

A cannabis tem uma história rica e antiga que se estende por milhares de anos. Diversas culturas ao redor do mundo usaram a planta de maneiras diferentes, refletindo sua importância tanto para a medicina quanto para práticas espirituais.

¹ Graduanda Ciências Sociais - UNESP / Marília, bruna.marcunas@gmail.com.

² Auxiliar Farmacêutica na Associação Maria Flor, giovanakaren577@gmail.com.

³ Farmacêutico na Associação Maria Flor, pedromazalli@gmail.com.

1.1 História e Cultura

Na China antiga, há cerca de 2700 a.C., o Imperador Shen Nong, uma figura importante na medicina tradicional, já usava a cannabis para tratar problemas como dor e malária. O "Pen Ts'ao Ching" (Livro da Medicina), atribuído a Shen Nong, descreve a cannabis como um remédio eficaz para várias condições.

Na Índia, a cannabis também teve um papel significativo. O "Atharva Veda," um dos textos sagrados mais antigos da Índia, menciona a planta como sagrada, com a capacidade de aliviar a dor e promover o bem-estar. A cannabis é citada em outros textos médicos antigos, como o "Sushruta Samhita" e o "Charaka Samhita," que detalham seu uso para tratar dor e ansiedade.

No Egito Antigo, a planta era usada para tratar uma ampla gama de problemas médicos. O papiro Ebers, datado de aproximadamente 1550 a.C., faz referência ao uso de cannabis em preparações para aliviar dores e inflamações. A planta era aplicada em pomadas e usadas em infusões para tratar dores de cabeça e problemas digestivos.

Em algumas culturas africanas, a cannabis tem uma longa tradição de uso em rituais de cura e práticas espirituais. Estudos mostram que, em regiões como a África Ocidental, a planta foi utilizada em cerimônias e como remédio para febre e problemas respiratórios.

1.2 Transmissão de Conhecimento

O conhecimento sobre a cannabis e seus usos foi transmitido através de textos médicos, tradições orais e práticas culturais. O comércio e a troca cultural ajudaram a espalhar o uso da cannabis globalmente. Por exemplo, durante a Rota da Seda, a planta se espalhou para a Europa e outras partes da Ásia, onde foi adaptada às práticas locais.

Na Grécia Antiga, o filósofo Heródoto relatou o uso da cannabis pelos povos da Ásia Central, que a utilizavam para tratar diversas condições e também para efeitos recreativos. Na Roma antiga, o médico Dioscórides descreveu a cannabis como uma planta medicinal importante, usada para tratar dores e como um emenagogo.

O conhecimento ancestral sobre a cannabis influenciou a medicina moderna. No século XIX, a cannabis foi incorporada em várias preparações farmacêuticas ocidentais para tratar condições como dor e náuseas. A pesquisa contemporânea revisita essas práticas antigas, usando modernas técnicas científicas para estudar os efeitos medicinais da cannabis e desenvolver tratamentos baseados nas tradições históricas.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

2. Associação Cannábica Maria Flor: Pioneirismo, Lutas e Contribuições

A Associação Cannábica Maria Flor surgiu da luta de mães em busca de qualidade de vida para seus filhos. Localizada em Marília/SP, a associação foi a primeira do município a produzir e distribuir medicamentos à base de maconha. Sua trajetória se deu em um contexto de proibicionismo e desafios regulatórios. Em 2014, Claudia Marin, mãe de Matheus e atual vice-presidente da associação, enfrentava a busca por um tratamento eficaz para seu filho, que na época tinha 8 anos. Matheus foi diagnosticado com síndrome de West (epilepsia de difícil controle), que causava até 80 crises convulsivas diárias. Determinada a encontrar uma solução, Claudia descobriu o potencial terapêutico do CBD, um composto da maconha.

Dado que a maconha era proibida no Brasil, Claudia foi forçada a importar CBD sintético, cujo custo variava entre 800 a 1.000 reais por seringa, sendo necessário duas seringas ao mês para seu filho, o que gerava um alto custo para família. Diante dessa situação, ela recorreu ao Estado para garantir a continuidade do tratamento de Matheus. Com uma liminar judicial, a Secretaria de Saúde passou a fornecer o medicamento por dois anos, durante os quais Matheus apresentou melhorias durante o uso. No entanto, houve meses em que a falta do fornecimento do medicamento por parte do estado comprometeu a continuidade do remédio para Matheus. Foi então, quando Claudia iniciou uma nova batalha para assegurar a continuidade do tratamento. Juntamente com outras mães na mesma situação, ela pressionou a Secretaria de Saúde, mobilizando a mídia local e grupos sociais para apoiar a causa, gerando uma grande comoção entre a população.

Foi nesse contexto que Claudia conheceu Fernanda Peixoto e Marcio Pereira, dois cultivadores com conhecimento em medicina à base de maconha. Sensibilizados pela história de Claudia, Fernanda e Marcio ofereceram sua ajuda, propondo a produção do medicamento necessário para Matheus. A parceria entre Claudia, Fernanda e Marcio resultou na produção de um medicamento que trouxe melhorias significativas para Matheus, de 80 crises diárias, passou a ter suas crises cessadas em quatro dias de uso. Esse resultado positivo do medicamento não apenas consolidou a colaboração entre eles, mas também gerou uma mobilização maior em prol dos direitos e da qualidade de vida de outras famílias. A Associação Cannábica Maria Flor se estabeleceu como uma estrutura de esperança e luta, promovendo a informação, a produção e a distribuição de medicamentos à base de maconha para aqueles que mais precisam.

A luta pela medicina à base de maconha ganhou um novo e intenso capítulo na história dos fundadores da Associação Maria Flor. Em dezembro de 2018, Fernanda Peixoto e Marcio Pereira, enquanto viajavam para a cidade de Capixaba, no Acre, foram detidos pela Polícia Rodoviária Federal. O casal transportava medicamentos de maconha

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,

Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

destinados a um padrinho da Igreja do Santo Daime, com o objetivo de aliviar as dores após uma cirurgia de câncer de próstata. Após a abordagem, Fernanda e Marcio foram indiciados por tráfico de drogas. O óleo de maconha foi classificado como “maconha líquida” e, incluindo o vidro, totalizou 900 gramas de maconha. Como resultado, ambos foram condenados a 8 anos de prisão. Fernanda ficou quatro dias presa na penitenciária e foi para prisão domiciliar devido à sua filha de 9 anos, enquanto Marcio passou por várias penitenciárias em Rondônia até obter o regime semiaberto, permanecendo preso por 4 anos e 4 meses.

Diante desse período difícil, enquanto Marcio e Fernanda enfrentavam a injustiça de suas condenações, o processo de autorização para o cultivo em nome das mães da Associação Maria Flor estava em andamento. A forma como ocorreu a condenação e a permanência de Marcio na penitenciária não apenas pode ser considerada injusta, mas também contraditória. Fernanda e Marcio estavam empenhados em produzir medicamentos e consolidar a associação, fornecendo tratamentos gratuitos para pacientes em necessidade. Não havia benefício financeiro pessoal envolvido, e suas ações estavam voltadas para o bem-estar dos pacientes e o avanço da medicina à base de maconha.

Durante o período em que Márcio ficou preso, a Associação Maria Flor lançou a campanha #marciolivre, que gerou um grande impacto na mídia local e nacional. A história de Márcio e Fernanda despertou indignação e chamou a atenção de políticos municipais e estaduais, que começaram a se interessar pelo trabalho da associação. Com o aumento da visibilidade, a Maria Flor passou a disseminar informações sobre a planta e seus benefícios. A associação começou a oferecer cursos para expandir o conhecimento da população e da comunidade médica. Em 2020, se formalizou como associação e lançou seu primeiro curso, intitulado "Cannabis Medicinal: Formação para Médicos". O curso, realizado online, foi ministrado pelo Dr. Leandro Ramires, oncologista da UFMG e prescritor de cannabis, além de presidente da Associação AMA+ME de Belo Horizonte. O evento contou também com o apoio do Núcleo de Estudos Avançados em Toxicologia (NEA.TOX). Nesse mesmo ano, a associação Maria Flor também participou de várias entrevistas para discutir o uso medicinal da maconha, ampliando ainda mais a conscientização sobre o tema.

3. A LUTA PELA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Apesar de todo o processo de transformação e disseminação de informações, a associação ainda sentia a necessidade de continuar a luta pelo acesso à maconha medicinal. Márcio permanecia preso, e era essencial formar parcerias que fortalecessem a busca pela regulamentação, pelo direito ao cultivo e pela produção nacional. Nesse contexto, a associação começou a receber visitas de outras organizações do Brasil, como a Flor da Vida, de Franca, Divina Flor, de Mato Grosso do Sul e a Santa Cannabis,

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,

Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

de Santa Catarina.

Em setembro de 2021, Márcio foi transferido da penitenciária de Rondônia para a cidade de Marília/SP, onde foi concedido o regime semiaberto, ficando preso no Centro de Ressocialização de Marília, que se localizava a 500 metros de sua residência.

O movimento das associações vinha ganhando força nas lutas políticas, sociais e econômicas. Em novembro do mesmo ano, a Associação Maria Flor participou de uma audiência pública em conjunto com outras associações, pacientes e a administração pública. Durante essa audiência, foi sancionada a Lei Municipal Nº 120/2021, que trata da prevenção da saúde e do incentivo à pesquisa científica com a "cannabis medicinal". O projeto foi redigido pelo presidente da Câmara Municipal de Marília, Marcos Rezende, e contou com o apoio unânime de todos os vereadores.

Em outubro de 2021, a associação atinge 2 mil pacientes associados. Podendo se dedicar ainda mais à promover o acesso ao tratamento com maconha medicinal para aqueles que mais necessitam. Iniciou-se, assim, uma nova fase na missão de disseminar informações sobre o uso medicinal da maconha.

No ano de 2022, a associação intensificou seus esforços para pressionar os órgãos responsáveis a estabelecer uma regulamentação para a produção de óleos de maconha no Brasil. Com o apoio de outras associações, o movimento em prol da legalização da produção nacional ganhou força, resultando em uma maior demanda pelo tratamento. Contudo, a falta de uma regulamentação para o cultivo e a extração do medicamento levou as associações a enfrentar a desobediência civil.

Todavia, a associação Maria Flor pode comprovar que o plantio e a extração do remédio, pode ser desenvolvida tanto industrial quanto artesanalmente. Através de centenas de Associações e milhares de pacientes atendidos, defendemos uma regulamentação justa que contemple entidades grandes e pequenas, que respeite os usos originários da planta e seu elemento sagrado, assim como todos seus usos tradicionais. Nosso país possui as condições perfeitas tanto climática como de solo e existem diferentes formas de cultivo e extração. Atuamos frente a omissão do Estado e temos um banco de dados e profissionais qualificados para que o país consiga produzir em solo nacional remédio de qualidade com custo muito menor.

A Maria Flor, por exemplo, não possui autorização para cultivar a planta, conta apenas com habeas corpus individuais concedidos a mães de pacientes, o que assegura apenas uma parte limitada da produção necessária. Esses atos são uma forma de protesto e um meio de pressionar as autoridades a reconhecer e regulamentar oficialmente o uso medicinal da maconha.

Embora a Anvisa reconheça o uso medicinal da maconha, o incentivo e a autorização para produção são limitados a produtos importados. Essa situação coloca muitas associações em risco, pois elas lidam com a incerteza jurídica e a falta de suporte

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

institucional. A desobediência civil surge, portanto, como uma resposta a essa lacuna legislativa, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade urgente de uma legislação que permita a produção nacional e garanta o acesso adequado ao tratamento.

A desobediência civil no contexto da maconha medicinal envolve diversos fatores importantes, como a promoção da produção nacional, a garantia de produtos de qualidade e o incentivo econômico e social. A Maria Flor adota um método de cultivo agroflorestal que visa o bem-estar das plantas e a preservação da natureza ao redor, promovendo a produção orgânica e natural.

Incentivar a produção nacional traz vários benefícios. Permite o avanço de pesquisas locais, a geração de empregos e o controle de qualidade dos produtos, além de contribuir para o crescimento econômico do país. No entanto, a ausência de regulamentação adequada faz com que a maioria dos produtos disponíveis para comercialização no Brasil seja importada, produzidas em laboratórios localizados fora do país. Esses produtos importados frequentemente utilizam cannabidiol sintético, uma forma isolada que não aproveita em seu aspecto amplo de benefícios presentes na planta de maconha.

A maconha contém centenas de fitocanabinoides diferentes, entre os quais os mais conhecidos são o CBD (canabidiol) e o THC (tetrahydrocannabinol). A produção artesanal, como é realizada pela Maria Flor, permite a extração de óleos que preservam todas as propriedades presente na planta, de acordo com sua genética. Esse método artesanal garante um tratamento mais eficaz e uma melhor modulação do sistema endocanabinoide dos pacientes, em comparação com os produtos sintéticos importados.

Portanto, a regulamentação da produção nacional não apenas ampliaria o acesso a tratamentos de maior qualidade, mas também impulsionaria o desenvolvimento econômico e científico do país, assegurando que os pacientes recebam produtos que realmente atendam às suas necessidades.

No entanto, é evidente que as associações desempenham um papel crucial no avanço do uso medicinal da maconha. Elas não apenas disseminam informações e possibilitam o acesso ao

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades,
Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

tratamento, mas também devolvem à sociedade o incentivo recebido dos pacientes. Esse papel fundamental das associações contribuiu significativamente para a conscientização sobre o uso medicinal da maconha e para a desmistificação dos preconceitos associados ao uso.

Como parte de seus esforços, as associações começaram a participar ativamente de audiências públicas com o objetivo de promover a regulamentação necessária para continuar suas produções sem recorrer à desobediência civil. Houve reuniões na Câmara Legislativa de São Paulo e na audiência pública em Brasília. Durante a audiência em Brasília, Fernanda Peixoto teve a oportunidade de falar e abordou um ponto que afeta todas as associações do Brasil: a falta de visibilidade e de suporte por parte do Estado.

“[...] Nós não desistimos da luta e estamos enfrentando um processo onde as associações são a favor do país. Quando a gente pega os números e se for basear nos números do estado de São Paulo, como Enor (da Flor da Vida) trouxe, o estado gastou 23 milhões para atender 840 pacientes. As associações atendem 150 mil pacientes cadastrados e documentados; temos tudo que é necessário para comprovar. Não existe no mundo um movimento associativo de cannabis como o nosso; o nosso é o maior do mundo. O que acontece aqui nas associações, entre grandes e pequenas, é que somamos 150 mil pacientes. Se nos basearmos apenas no estado de São Paulo, somando eu e Enor, atendemos 16 mil pacientes só no estado de São Paulo. Se contarmos isso e colocar em números, você faz a conta em quanto as associações exoneram o estado de São Paulo. Se São Paulo está atendendo 800 pacientes e gastando 23 milhões, nós atendemos 8 mil pacientes e Enor mais 8 mil, só no estado de São Paulo. Os 150 mil pacientes que as associações atendem, isso, se fosse judicializar, como as farmácias estão fazendo, a Anvisa está liberando farmácias e elas estão judicializando com nosso país. Se nós das associações se juntarmos para judicializar nossos pacientes, daria um rombo de 4 bilhões e 500 milhões para o estado. Então, não dá mais para a gente ser invisíveis [...]” (PEIXOTO, FERNADA)

A fala da Fernanda, atual presidente da Associação Maria Flor, reflete bem o trabalho desenvolvido pela associação para garantir qualidade de vida para todos os associados.

O ano de 2023 foi marcado por muita luta. Em março, a associação esteve em Brasília na primeira reunião sobre a aprovação da PL 399, que autoriza e regulamenta o uso da maconha para fins medicinais e científicos. A reunião foi realizada no gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. No mês seguinte, em 5 de abril, foi concedida a liberdade a Márcio Pereira, após 4 anos e 4 meses preso. A liberdade de Márcio trouxe alívio para sua família, para a associação e para todo o movimento associativo, que ganhou ainda mais força na luta pelo direito à vida. No dia 20 de abril, conhecido como o Dia da Maconha, a Associação Maria Flor participou de uma Audiência Pública realizada no Senado Federal para discutir o uso medicinal da planta, a audiência foi organizada pelo senador Paulo Paim. Associações e organizações

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

ligadas à causa compareceram, pressionando os parlamentares a buscar uma regulamentação e compreensão de que a maconha medicinal é um sinal de saúde pública.

Quando a associação, a quatro anos atrás decide formalizar e produzir a medicação a base de maconha, provavelmente não esperaria todo impacto que vem tendo no seu percurso. O movimento associativo da Maria Flor resulta da colaboração entre todos os envolvidos na produção das medicações, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida a colaboradores, pacientes e à comunidade em geral. Em dezembro de 2023, a associação recebeu o título de “utilidade pública”, um marco importante que reflete toda a sua trajetória de luta e dedicação.

Embora a associação nunca tenha tido a intenção de utilizar recursos públicos, esse título se aproxima aos princípios e valores que a instituição defende. O reconhecimento é um reflexo da capacidade da Maria Flor de interagir com a população, promovendo acesso à informação, oferecendo cursos e participando de diversos projetos sociais. O título de utilidade pública ressalta o impacto positivo e o compromisso da Associação Maria Flor com medicina mágica da maconha.

Em maio de 2024, alguns colaboradores da associação viajaram ao Rio Grande do Sul para ajudar na distribuição de medicamentos e suplementos, tanto para uso humano quanto veterinário. Compreendendo a gravidade da situação, retornaram em junho com frascos do medicamento para distribuir a pacientes associados que não estavam recebendo seus medicamentos por dificuldades de entrega dos correios. Auxiliou também em campanhas para envio de suplementos, ração para animais e feno para cavalos. A importância dessa ajuda resultou em campanhas de adoção de cães e de melhor convívio entre os animais do abrigo, após iniciarem o tratamento com a maconha.

A associação atualmente conta com 11 mil pacientes associados e continua defendendo o acesso a maconha medicinal e a regulamentação da produção nacional. O uso medicinal da cannabis tem se tornado um tema de crescente relevância no Brasil, especialmente no estado de São Paulo. Com avanços significativos e desafios persistentes a regulamentação a implementação de políticas públicas, a judicialização e a opinião pública sobre o uso terapêutico da cannabis refletem um cenário complexo e em constante transformação.

4. Desafios e Avanços na Política de Cannabis Medicinal em São Paulo: O Impacto das Associações

Apesar do estado de São Paulo ter sido um dos pioneiro na discussão e implementação de políticas públicas voltadas ao uso medicinal da cannabis. Em 2020, a aprovação da Lei nº 17.274 marcou um passo importante ao criar a Política Estadual de Medicamentos Formulados à Base de Cannabis, essa legislação estabelece diretrizes para a

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

distribuição gratuita desses medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, porém a lei é limitada a pouquíssimas patologias.

Nesse cenário, as associações de pacientes e familiares desempenham um papel fundamental, e a Associação Maria Flor se destaca como um exemplo notável. Situada no interior paulista, a Associação Maria Flor não só fornece acesso a medicamentos à base de cannabis, como também realiza uma série de ações sociais que ampliam seu impacto na comunidade.

A associação se destaca promovendo debates, atuando como um pilar de mobilização social, busca parcerias com universidades, centros de pesquisa e promove a formação de profissionais da área da saúde. Contribuindo significativamente para a construção de redes de apoio e para a mudança da percepção pública sobre a cannabis medicinal. O crescimento dessas organizações refletem a força do movimento associativo, que tem sido uma voz poderosa na defesa dos direitos dos pacientes.

Desde sua criação, a Maria Flor tem se dedicado a atender pacientes de todas as idades com acompanhamento médico e já recebeu prescrições para o tratamento de mais de 800 patologias, mostrando a ampla aplicação terapêutica da cannabis. Além de realizar um atendimento humanizado e personalizado a seus pacientes, garantindo um suporte integral e acolhedor.

Segue abaixo dados fornecidos pela Associação Maria Flor, referente aos cadastros realizado.

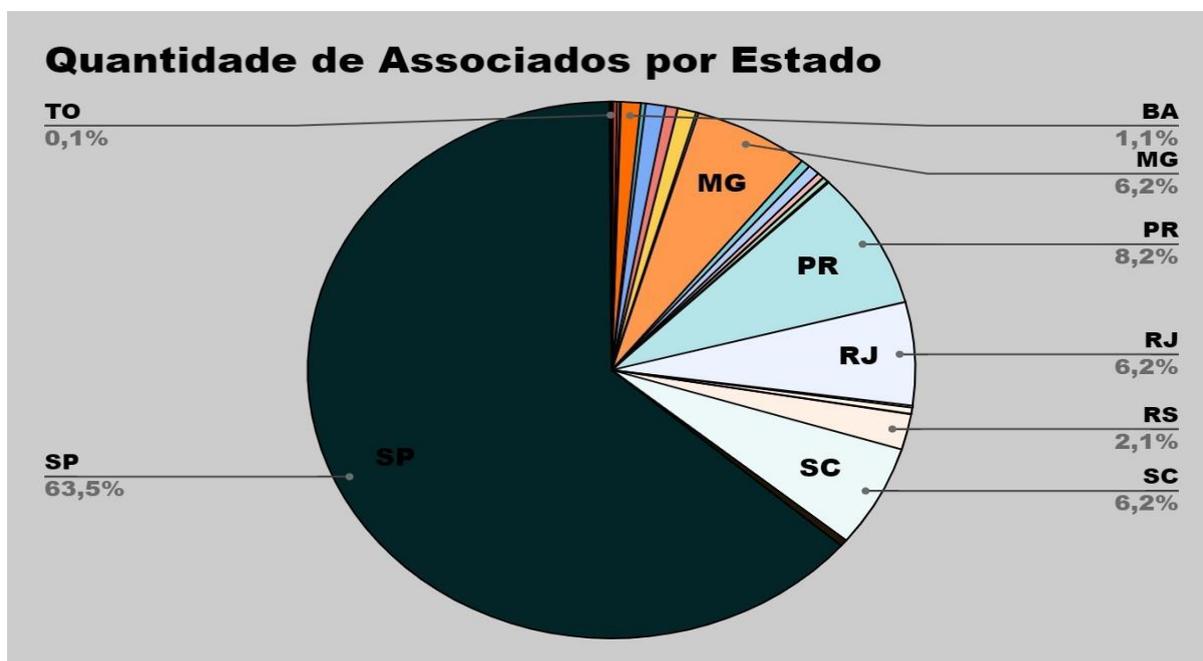
Tabela 1: Relação de Pacientes.

Número de Pacientes Cadastrados	11.316
Porcentagem Mulheres	62,5 %
Porcentagem Homens	37,5 %
Porcentagem Hipossuficientes	28 %
Mais Velho	100 anos
Mais Jovem	1 ano
Média Idade	55 anos

Fonte: Associação Maria Flor

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

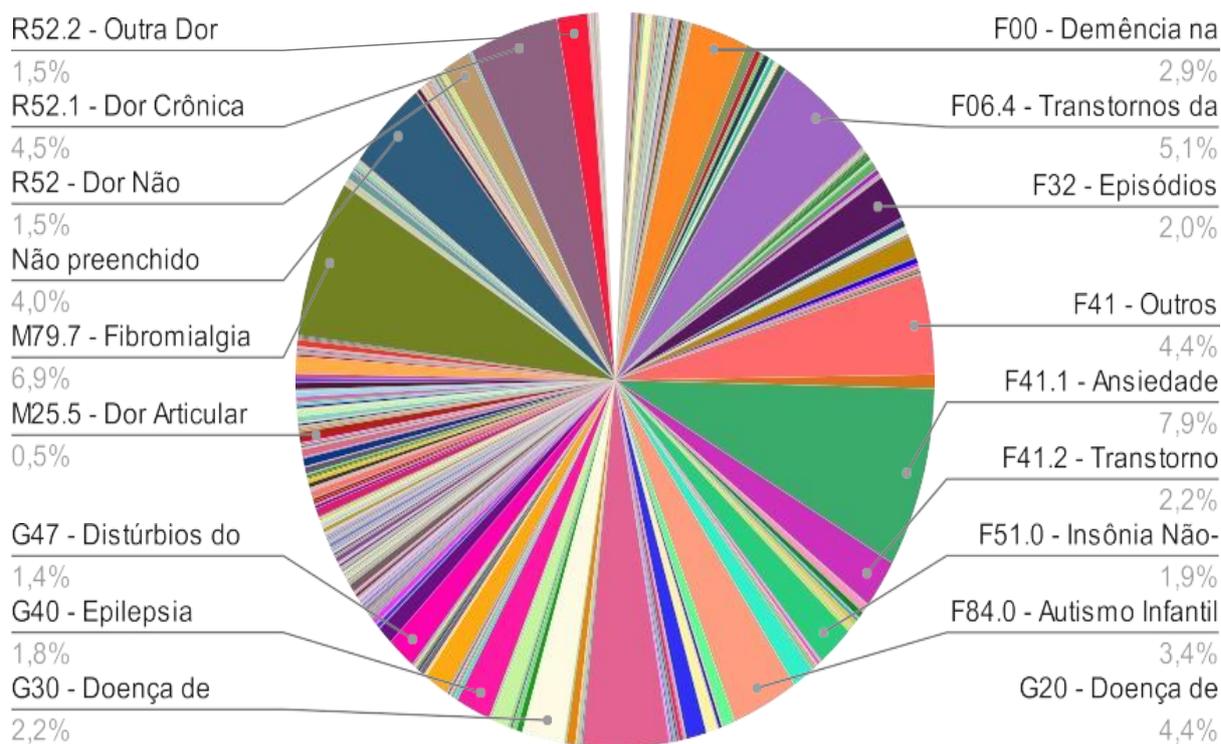
Gráfico 1: Quantidade de Associados por Estado



Fonte: Associação Maria Flor

Gráfico 2: Porcentagem de presença por CID

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná



Fonte: Associação Maria Flor.

5. PROJETOS SOCIAIS / SAÚDE INTEGRATIVA

Temos como objetivo promover o bem-estar dos pacientes e familiares, difundindo um novo olhar sobre a saúde. Acreditamos não só no tratamento da cannabis mas na junção de terapias integrativas buscando proporcionar a relação entre os pacientes, a natureza e os animais.

Assim surgiu o Clube do Paciente, um espaço gratuito a comunidade, voltado ao bem estar, que oferece Terapia Ocupacional para Idosos, aulas de capoeira, equoterapia, aulas de artes e acompanhamento psicológico.

Esse espaço possibilita aos pacientes o acesso a terapias que visam uma interação saudável com o ambiente natural, proporcionando não apenas cuidados físicos, mas também um suporte emocional. Acreditando que essa conexão com a natureza e os animais, aliada ao tratamento com cannabis, pode oferecer uma nova abordagem para a saúde, contribuindo para a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do uso medicinal da maconha em São Paulo resulta da mudanças na percepção pública. Esse movimento é impulsionado por um crescente reconhecimento dos benefícios terapêuticos da planta para diversas condições de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

saúde. Entretanto, o preconceito associado ao uso da maconha continua a ser uma barreira, dificultando a aceitação social e, em muitos casos, a adesão de profissionais de saúde. Além disso, a falta de clareza nas políticas públicas e na regulamentação pode levar à judicialização em massa, onde pacientes e suas famílias se veem obrigados a recorrer ao sistema judiciário para garantir o acesso a tratamentos que deveriam ser disponíveis de forma mais simples e direta.

Nesse contexto, as associações têm desempenhado um papel fundamental. Elas atuam como facilitadoras do acesso à medicação, oferecendo suporte e informações a aqueles que buscam tratamentos à base de maconha. As associações têm sido agentes de mudanças sociais e políticas, promovendo campanhas de conscientização que buscam desmistificar o uso medicinal da maconha e educar a população sobre seus benefícios.

Além disso, as associações atuam como mediadoras entre os pacientes e os formuladores de políticas públicas, contribuindo para a elaboração de legislações mais inclusivas que atendam às necessidades reais da população. Por meio da mobilização social, essas associações têm influenciado decisões políticas buscando promover a implementação de políticas públicas que garantem um acesso mais justo e eficiente aos tratamentos. Portanto, é de extrema importância que o estado fortaleça a colaboração com as associações de tratamento de maconha, reconhecendo seu papel essencial na garantia do direito à saúde.

Referências:

1. Lei nº 17.274, de 15 de dezembro de 2020. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/193771>.
2. Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. "Política Estadual de Medicamentos Formulados à Base de Cannabis." 2023.
3. Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. "Parcerias para Pesquisa sobre Cannabis Medicinal." 2022.
4. Folha de S.Paulo. "O Papel das Associações no Acesso à Cannabis Medicinal." 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>.
5. Consultor Jurídico. "Decisões Judiciais e o Direito ao Cultivo de Cannabis." 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br>.
6. Jornal do Advogado, OAB-SP. "Campanhas de Conscientização sobre Cannabis Medicinal." 2023. Disponível em: <https://www.jornaladvogado.oabsp.org.br>.
7. Datafolha. "Opinião Pública e Cannabis Medicinal em São Paulo." 2022. Disponível em: <https://www.datafolha.com.br>.
8. Revista de Direito Sanitário. "Judicialização da Cannabis Medicinal no Brasil: Um Estudo de Caso de São Paulo." 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>.
9. Associação Brasileira de Apoio Cannabis Esperança (ABRACE). "Relatório

sobre Cannabis Medicinal." 2022.

10. Relatório da Associação Maria Flor. "Impacto Social e Medicinal." 2023.

11. Lei n^o 120/2021, de 17 junho de 2021, Câmara Municipal de Marília. Disponível em: https://sapl.marilia.sp.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=MTY1MTg5

12. Etienne/ Muniz Penha, Debora Damasceno e Souza Cardoso, Luciana Pontes Coelho, & Angela Moraes Bueno. (2019). A Regulamentação de Medicamentos Derivados da Cannabis sativa no Brasil. Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics, 9(1), 125–145.

13. GONTIÈS, B.; ARAÚJO, L. F. de. Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica. Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 4, n. 07, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/164>

14. PEIXOTO, Fernanda (@vemsermariaflor). Fala de Fernanda Peixoto na Audiência Pública sobre Regulamentação do cultivo de cannabis para fins terapêuticos, 29 de Novembro de 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/vemsermariaflor/reel/COQNhI_IREw/

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná